

Guerra no Oriente Médio já ameaça a economia brasileira

Ataques de aliados contra o Irã elevam preços, pressionam combustíveis, câmbio e inflação

Por Martha Imenes

A ofensiva militar dos Estados Unidos e de Israel, que matou lideranças iranianas – como o aiatolá Ali Khamenei, além de chefes militares –, provoca uma onda de instabilidade nos mercados globais. O petróleo tipo Brent iniciou o dia em alta de 5,87%, a US\$ 76,53, o dólar ganhou força e os reflexos já chegam ao Brasil, que importa parte dos derivados de petróleo, o que pode significar pressão direta sobre os preços da gasolina e do diesel no mercado interno. A Petrobras, entretanto, ainda não se pronunciou.

A expectativa é que se o preço internacional do petróleo disparar por causa de bloqueios no Estreito de Ormuz, a Petrobras terá de decidir entre: o repasse integral (aumentar os preços conforme a paridade internacional, o que encarece gasolina e diesel no Brasil) ou a suavização (segurar parte do impacto, como já fez em outros momentos,

para evitar pressão inflacionária e desgaste político).

Especialistas alertam que o risco maior para o Brasil está em uma guerra prolongada, capaz de comprometer exportações e frear o crescimento econômico brasileiro.

César Queiroz, especialista do mercado financeiro e CEO da Queiroz Investimentos e Participações, chama atenção para os reflexos do conflito no mercado financeiro: “Quando a mesa de negociação é abandonada e o cenário evolui para confronto bélico, o que acontece é aumento da incerteza – e mercado não gosta de incerteza”, e pontua que “sempre que os EUA entram diretamente em conflito armado, há maior volatilidade e pressão negativa nas bolsas.”

Ele avalia que “ainda é cedo para conclusões definitivas. Se houver retomada das negociações, o impacto pode ser contido. Se houver prolongamento,



Ofensiva dos EUA e Israel que matou lideranças iranianas provoca uma onda de instabilidade

o mercado tende a permanecer mais nervoso” e explica a pressão sobre o dólar. Segundo o especialista, “em momentos de crise, investidores buscam ativos considerados seguros, e a moeda norte-americana tende a se fortalecer frente ao real” – a moeda estadunidense abriu a segunda-feira (2) cotada a R\$ 5,15.

Inflação

Com combustíveis mais caros e câmbio desfavorável, a inflação deve ser impactada e ganhar força. O impacto é sentido no transporte e na logística, refletindo nos preços de alimentos e produtos básicos. O Banco Central pode ser obrigado a manter os juros elevados por mais tempo, dificultando crédito e investimentos. A autoridade monetária ainda não se pronunciou sobre o conflito.

Especialistas alertam que, se o conflito se prolongar, o Brasil enfrentará desafios maiores como

a redução da demanda por commodities, afetando exportações do agronegócio e da mineração.

Efeitos no exterior

O ataque contra o Irã, somado ao precedente da remoção de Nicolás Maduro do poder na Venezuela, pode desencadear efeitos sistêmicos na ordem internacional. A avaliação é de João Alfredo Lopes Nyegray, professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Segundo Nyegray, o debate vai além da dimensão militar imediata. “Quando grandes potências recorrem ao uso da força sem autorização clara de mecanismos multilaterais, o impacto ultrapassa o teatro de operações. A mensagem transmitida é que as normas podem ser relativizadas conforme o poder do ator envolvido”, afirma.

No campo econômico, os efeitos não se limitam ao petró-

leo. “Conflitos dessa natureza elevam o prêmio de risco global, pressionam cadeias logísticas, encarecem seguros marítimos e impactam decisões de investimento. A consequência é uma fragmentação econômica ainda mais acentuada, com aumento do custo de capital para mercados emergentes”, observa.

Apesar dos riscos, Nyegray ressalta que ainda existem freios institucionais relevantes — como interdependência econômica, alianças regionais e mecanismos diplomáticos — que dificultam uma liberalização total do uso da força.

No entanto, alerta que a repetição de precedentes pode alterar cálculos estratégicos no médio prazo. “Geopolítica é, em grande medida, gestão de expectativas. Se a percepção global for de que as normas são flexíveis para alguns e rígidas para outros, o sistema tende a se tornar mais volátil e menos previsível”, conclui.

Haddad descarta risco sistêmico em crise desencadeada pelo Banco Master

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a crise envolvendo o Banco Master não representa ameaça ao sistema financeiro nacional. Segundo ele, os impactos estão concentrados no Fundo Garantidor de Crédito (FGC), mecanismo mantido pelas instituições financeiras para cobrir quebras e liquidações. O FGC desembolsou R\$ 37,7 bilhões para indenizar clientes.

“Não tem risco sistêmico porque está concentrado no fundo garantidor de crédito. Machuca o Fundo Garantidor de Crédito para valer. Está pegando aí de 30% a 50% do volume do fundo, mas está restrito a isso. Agora, isso é uma pancada como nunca se viu na história do sistema financeiro brasileiro”, disse Haddad durante o lançamento do seu

livro *Capitalismo Superindustrial* pela Companhia das Letras no Sesc 14 Bis, em São Paulo.

Apesar de descartar risco generalizado, o ministro classificou o episódio como “a maior fraude bancária da história do Brasil” e garantiu que o governo está “100% alinhado em levar as investigações até o fim e dentro da lei”.

Revisão de regras

Haddad destacou que o Banco Central já iniciou a revisão das regras de segurança do sistema financeiro para evitar novos casos semelhantes. “As brechas que permitem ao Banco Master fazer essa operação não podem existir mais. Algumas normas já foram alteradas pelo Banco Central. O Banco Central está fazendo a revisão das



Haddad nega proximidade entre o presidente Lula e Vorcaro

normas para que isso não venha a acontecer de novo”, afirmou.

O ministro também negou proximidade entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o dono do Banco Master, Daniel

Vorcaro. Segundo Haddad, Lula nunca teve agenda oficial com o banqueiro, apenas um encontro em que Vorcaro alegou perseguição por parte de grandes bancos.

De acordo com o relato, Lula

teria respondido que em seu governo não haveria perseguição nem favorecimento, apenas cumprimento da lei.

“Parece que o presidente do Banco Central foi chamado e o presidente Lula disse na frente dos dois: ‘Olha, não existe isso no meu governo, não vai ter perseguição e nem favorecimento. O que quer que aconteça com teu banco, vai ser uma decisão técnica de um órgão independente do governo, que é o Banco Central, que tem autonomia para tomar a decisão que quiser. Não haverá pressão nem para um lado nem para o outro. O que tiver que acontecer vai acontecer na forma da lei’”, relatou Haddad.

Com informações da Agência Brasil